

DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 17/2012

Disponibilização: 15 de outubro de 2012

Período abrangido: 1 de outubro a 12 de outubro de 2012

ÍNDICE TEMÁTICO

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **SEGURANÇA PÚBLICA**

2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA**
- **FLORESTAS**

3. AMBIENTE

4. EDUCAÇÃO

5. ENERGIA

6. JUSTIÇA

7. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**
- **MADEIRA**

8. SAÚDE

9. SEGURANÇA SOCIAL

10. TRABALHO

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

11. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **SEGURANÇA PÚBLICA**

Decreto-Lei n.º 216/2012, de 09 de outubro
(Ministério da Administração Interna)

Define o regime de policiamento de espetáculos desportivos realizados em recinto desportivo e de satisfação dos encargos com o policiamento de espetáculos desportivos em geral

2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA**

Portaria n.º 300/2012, de 02 de outubro
(Ministérios das Finanças e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Estabelece quem são os beneficiários, termos e condições de acesso à linha de crédito com juros bonificados, de acordo com o Decreto-Lei n.º 101/2012, de 11 de maio

Portaria n.º 301/2012, de 02 de outubro
(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Terceira alteração ao Regulamento de Aplicação da Intervenção Florestação de Terras Agrícolas, do Plano de Desenvolvimento Rural, aprovado pela [Portaria n.º 680/2004](#), de 19 de junho

Portaria n.º 313/2012, de 10 de outubro
(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Oitava alteração à Portaria n.º 1144/2008, de 10 de outubro, que estabelece, para o continente, as normas complementares de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas e fixa os procedimentos administrativos aplicáveis à concessão das ajudas previstas para as campanhas vitivinícolas de 2008-2009 a 2012-2013

Portaria n.º 320/2012, de 12 de outubro
(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Terceira alteração à Portaria n.º 229-A/2008, de 6 de março, que aprova o Regulamento de Aplicação da Medida n.º 2.1 «Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas»

- **FLORESTAS**

Portaria n.º 299/2012, de 01 de outubro
(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Sexta alteração à Portaria n.º 199/94, de 6 de abril, que estabelece o regime das ajudas às medidas florestais na agricultura instituídas pelo Regulamento n.º 2080/92, do Conselho, de 30 de junho

3. AMBIENTE

Decreto-Lei n.º 220/2012, de 10 de outubro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1272/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, que altera e revoga as Diretivas n.ºs 67/548/CEE e 1999/45/CE e altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006

4. EDUCAÇÃO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2012, de 08 de outubro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a realização de despesa com vista à implementação do Programa de Modernização do Parque Escolar Destinado ao Ensino Secundário para o primeiro semestre de 2012

5. ENERGIA

Decreto-Lei n.º 215-A/2012, de 08 de outubro

(Ministério da Economia e do Emprego)

Quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, que estabelece os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN), bem como as bases gerais aplicáveis ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e à organização dos mercados de eletricidade

Decreto-Lei n.º 215-B/2012, de 08 de outubro

(Ministério da Economia e do Emprego)

Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, e completa a transposição da Diretiva n.º 2009/72/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho, que estabelece as regras comuns para o mercado interno de eletricidade

6. JUSTIÇA

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 404/2012, de 08 de outubro

(Tribunal Constitucional)

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante do artigo 34.º, n.º 1, da Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, na parte em que limita a possibilidade de apresentação de queixas ao Provedor de Justiça por motivo de ações ou omissões das Forças Armadas aos casos em que ocorra violação dos direitos, liberdades e garantias dos próprios militares queixosos

7. REGIÕES AUTÓNOMAS

• AÇORES

Decreto Legislativo Regional n.º 40/2012/A, de 08 de outubro

(Região Autónoma dos Açores)

Aplica à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de julho, relativo ao regime jurídico da atividade de inspeção, auditoria e fiscalização dos serviços da administração direta e indireta do Estado

Decreto Legislativo Regional n.º 41/2012/A. D.R. de 08 de outubro
(Região Autónoma dos Açores)

Institui o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude para os municípios da Região Autónoma dos Açores, estabelecendo a sua composição, competências e regras de funcionamento

- **MADEIRA**

Decreto Regulamentar Regional n.º 26/2012/M. de 08 de outubro
(Região Autónoma da Madeira)

Regulamenta o sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente dos estabelecimentos de educação e de ensino, das instituições de educação especial, dos serviços técnicos da Direção Regional de Educação, dos que se encontram em regime de mobilidade na administração regional autónoma e local, delegações escolares e no exercício de outras funções

8. SAÚDE

Decreto-Lei n.º 219/2012, de 09 de outubro
(Ministério da Saúde)

Procede à extinção e integração por fusão na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., do Hospital de Reynaldo dos Santos

Decreto-Lei n.º 220/2012, de 10 de outubro
(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º1272/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, que altera e revoga as Diretivas n.ºs 67/548/CEE e 1999/45/CE e altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006

Despacho n.º 13379/2012, de 12 de outubro
(Ministério da Saúde)

Estabelece disposições no âmbito dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), referente aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA), que estabelecem as condições de fornecimento de medicamentos anti-infecciosos, exceto antivíricos e antifúngicos

Despacho n.º 13381/2012, de 12 de outubro
(Ministério da Saúde)

Determina algumas disposições referentes à utilização dos modelos de vinhetas

Despacho n.º 13382/2012, de 12 de outubro
(Ministério da Saúde)

Determina que a prescrição de medicamentos, para dispensa em regime de ambulatório pelas farmácias hospitalares, é obrigatoriamente realizada através de sistemas de prescrição electrónica

Despacho n.º 13383/2012, 12 de outubro
(Ministério da Saúde)

Estabelece disposições no âmbito dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), referentes aos contratos públicos de aprovisionamento (CPA) que estabelecem as condições de fornecimento de medicamentos anti-infecciosos, antivíricos e antifúngicos

9. SEGURANÇA SOCIAL

Decreto-Lei n.º 221/2012, de 12 de outubro

(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)

Institui a atividade socialmente útil a desenvolver por parte dos beneficiários da prestação de rendimento social de inserção

10. TRABALHO

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Portaria n.º 309/2012, de 09 de outubro

(Ministério da Economia e do Emprego)

Primeira alteração à Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro, que regula o Programa de Estágios Profissionais

11. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

Decreto-Lei n.º 218/2012, de 09 de outubro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Transpõe a Diretiva n.º 2010/65/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de outubro, relativa às formalidades de declaração exigidas aos navios à chegada e ou à partida dos portos dos Estados membros, revogando o Decreto-Lei n.º 73/2004, de 25 de março